



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA EM RONDÔNIA
NÚCLEO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – NLA/RO

ATA DA 10ª REUNIÃO – GT MINERÁRIO

LOCAL: Auditório da Superintendência do IBAMA/RO

DATA: 07.10.2014

HORÁRIO: 10h

PARTICIPANTES: representantes da ESBR, DNPM, COOPREMI e IBAMA – conforme lista de presença.

Emerson Aguiar, Representante do IBAMA – abre a reunião, informando que a mesma fora solicitada pelo MPF/RO, em decorrência da reunião em 18 de agosto de 2014, a respeito da situação dos garimpeiros manuais em processo de realocação de atividade para Município de Jacareacanga, PA – Referente ao Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e da Atividade Garimpeira da UHE Jirau.

Resumo da reunião:

Leandro (GEOMIND) informou sobre o motivo da reunião ocorrida em 18.08.2014, no que se refere às dificuldades e demora da Prefeitura de Jacareacanga para a liberação da Certidão de Uso do Solo para a continuidade do Licenciamento Ambiental da área destinada à realocação das atividades da COOPREMI. Informou que o MPF/RO se responsabilizou em realizar as tratativas com o MPF/PA para averiguação da situação que está ocorrendo com o processo de realocação dos garimpeiros, solicitando dados que subsidiem as ações relativas à continuidade do supramencionado processo de licenciamento da área em questão.

Veríssimo (ESBR) informou que a Prefeitura de Jacareacanga burocratizou ainda mais o processo para emissão de Certidão de Uso do Solo, com um novo modelo de requerimentos e justificativas. E que a ESBR está cumprindo tal requerimento com intuito de dar celeridade aos trâmites. Está sendo elaborado requerimento padrão que será encaminhado. A prefeitura pede nova ART, já encaminhado para a COOPREMI, que até o momento ainda não recebeu o requerimento padrão.

Lima (COOPREMI) argumentou que uma das barreiras encontradas no Estado do Pará é a invasão da área. Além, das ameaças que os garimpeiros da COOPREMI estão sofrendo. E que é necessário sair com uma solução, pois a situação está complicada para os garimpeiros. Informa que a perseguição é realizada pelo prefeito de Jacareacanga.

Veríssimo falou sobre o acordo que foi aceito por todos, não deve ser entrado no mérito de mudar o plano de ação.

A ida de famílias para o Pará não é interessante para os garimpeiros, afirmou o advogado da COOPREMI, Rodrigo Nestor. O Plano de mitigação diz que o que tem que atender prioritariamente é a questão social, e que esta ida ainda que sazonal, pode ser perigosa (há insegurança, há coação) para tais famílias. Não há garantia de segurança. Sugeriu-se que paralelamente à situação do Pará, deve ser pensado em ações que possibilitem aos



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA EM RONDÔNIA
NÚCLEO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – NLA/RO

garimpeiros estarem em Porto Velho. Discussão de outras vertentes, outras possibilidades, a partir da compilação de informações com os garimpeiros.

Leandro afirmou que o objetivo do PBA é a questão social, no entanto, a definição da ida ao Pará foi acertada junto com os garimpeiros, porém estão sendo analisadas possibilidades a partir do plano de locação, por exemplo, o arrendamento minerário. Estão sendo feitos contatos com proprietários que possam ter interesse para realização de um levantamento (área alternativa).

Os comunitários reivindicaram quanto à demora deste levantamento.

O garimpeiro Regildo Felício Barros, conhecido como Soldado informou que existe um documento emitido pela COOPREMI em que os garimpeiros afirmam não querer mais realocação no Pará, e que fora decido há mais de sessenta dias.

Emerson (IBAMA) informou que nenhum documento a respeito disso chegou ao IBAMA e que o não era isso o acordado na reunião de 25.02.2014. Além de não ter sido mencionado tal fato na reunião do dia 18.08.2014, no MPF/RO. Informou que é necessário saber o posicionamento do MPF/RO, a respeito do resultado da consulta ao MPF/PA e demais órgãos ambientais para a condução das ações da realocação.

Lima afirma que os entraves existentes no Pará influem para a insatisfação. Não há condições de trabalhar.

Veríssimo informou que a ESBR está cumprindo as determinações. Reiterou-se que as negociações estão acordadas em ata e foi acordado com garimpeiros. Tudo que foi pactuado até o momento foi com consentimento do público-alvo.

Tirla Tavares, representando seu pai (Pedro Ferreira), diz que a ESBR e o Governo Federal estão querendo impor e não estão cedendo à negociação. Deve ser respeitada toda a parte judicial, mas é necessário o diálogo, o respeito. Há mais de quatro anos estão à espera de uma situação. Não querem ir ao Pará. E há perigo nesta ida. A proposta da concessão de lavra em áreas, não é viável para todos. É necessário um plano bem elaborado. As promessas foram muitas e até agora ainda não se realizou. As famílias que aqui ficaram, enquanto os garimpeiros estavam no Pará, não foram atendidas. O discurso da ESBR era de que, quem quiser ir vá, quem não quiser não terá outra saída.

Emerson informou que todo o processo ocorreu de maneira participativa e respeitando os posicionamentos dos garimpeiros, além de prestar toda assistência necessária aos beneficiários. Fato corroborado por Lima, Presidente da COOPREMI. Informou que é necessária a organização nas falas para que sejam dados os encaminhamentos.

Veríssimo argumentou sobre a questão da segurança, informando que a atividade garimpeira em todos os lugares sempre foi sujeita a conflitos. Quanto ao prazo – não avançaram porque a Prefeitura de Jacareacanga precisa resolver o impasse que se criou.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA EM RONDÔNIA
NÚCLEO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – NLA/RO

Rodrigo questiona quanto ao pagamento da ajuda de custo.

Veríssimo informou que foi uma sugestão do MPF/RO, mas não seria disponibilizada.

Rodrigo diz que é necessário documentar a negativa.

Emerson diz que a situação de ocasionada pela Prefeitura de Jacareacanga, já extrapolou as competências do IBAMA, ESBR e da COOPREMI. Pois, uma das exigências do processo de realocação, é a legalização da atividade garimpeira, e sem a Certidão de Uso do Solo não é possível concluir o processo de Licenciamento Ambiental para que os garimpeiros possam exercer sua atividade legalmente. Devido à morosidade do processo da emissão da referida certidão, o MPF está sendo motivado a atuar para saber as devidas razões de tal demora.

Representante do DNPM, Ranilson Câmara, informou que o DNPM sofre com o déficit de profissionais. O DNPM no processo de concessão de títulos tem feito grande trabalho. Existe legislação, no entanto, o DNPM não pode conceder títulos sem licença ambiental. Se o processo está moroso, é decorrente da legislação. O município não pode legislar sobre mineração, mas pode legislar sobre a questão ambiental, que está diretamente envolvida. O licenciamento tem que ouvir o Município, o que o faz criar dificuldades. O DNPM trabalha com áreas de conflitos. Em novembro haverá uma programação relativa à garimpagem e provavelmente poderá ser colocado em pauta.

Lima questiona que o DNPM facilitou a atividade garimpeira, porém as Usinas foram orientadas à ilegalidade da garimpagem.

Outro ponto, é quanto à compensação através da legalização da área no Pará, Rodrigo quer saber qual o tempo que a ESBR precisa para apresentar o Plano B.

Leandro informou a construção de uma alternativa, depende de outros órgãos.

Lima questionou que a ESBR não está entrando em contato com o presidente e que os contatos devem ser passados para a diretoria da cooperativa.

Rodrigo pede que seja passado por escrito qual o plano B, é necessário prazo, caso não seja acordada a situação do Plano B, os garimpeiros se reuniram para analisar a proposta. É necessário melhorar a comunicação. Exemplo: cadastro de e-mail.

Rodrigo – sugere que as negociações sejam conduzidas pelos representantes da diretoria da COOPREMI e colocou em apreciação dos demais garimpeiros, que ratificaram que as negociações sejam conduzidas pelo grupo.

Emerson informa que as propostas alternativas serão negociadas após o informe do MPF/RO, quanto à consulta aos órgãos ambientais, para conduzir as maiores discussões.

Alguns afirmavam que enquanto os trâmites não se resolvem é necessária ajuda de custo.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA EM RONDÔNIA
NÚCLEO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – NLA/RO

Um dos garimpeiros quer saber se há viabilidade minerária naquela área.

Leandro diz que o risco é inerente a atividade minerária. Não é possível garantir isso.

Quanto aos parâmetros para avaliar a capacidade de produção. O técnico da DNPM – informou que algumas substâncias aproveitáveis independentes de análise (exemplo: areia) – não exigem-se pesquisa. Com pesquisa o processo é mais lento. Para quem vai trabalhar nestas áreas, é necessária pesquisa prévia. Esta área que está sendo feita proposta de relocação tem potencialidades para aproveitamento (técnica e econômica) – estimativa de reservas (comprovadamente pesquisadas).

Leandro – quanto à potencialidade: Regime de permissão de lavra garimpeira – opção por inúmeras benfeitorias. Foi feita investigação, por meio de pesquisa bibliográfica, (apesar da escala pequena), a área tem potencial para lavar.

Lima diz que há invasões, abertura de carregadores, entre outros problemas.

Antônio Chaves – informa a ilegalidade é muito grande, a legalidade vai gerar problemas para os garimpeiros.

ENCAMINHAMENTOS:

- Rodrigo e a diretoria da COOPREMI elegerão um grupo para acompanhar as reuniões com MPF/RO - prazo até sexta – 10.10.2014;

- Emerson – após a definição do grupo, agendar uma reunião com o Dr. Raphael Bevilaqua – MPF/RO, nova reunião para repasse dos informes supramencionados e definição dos demais encaminhamentos relativos à resolução da alocação dos garimpeiros manuais exarados na ata do dia 18.08.2014. Reunião ocorrerá no dia 13.10.2014, às 10h, no Ministério Público Federal, em Rondônia.

Sem mais nada a tratar pelo momento, a reunião se encerrou às 14h20.